

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO**

ANA MARIA DA SILVA FURLAN

**MÉTODOS E TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADOS NA SALA DE
RECURSOS MULTIFUNCIONAIS- ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2014

ANA MARIA DA SILVA FURLAN



**METODOS E TECNICAS DE ENSINO UTILIZADOS NA SALA DE
RECURSOS MULTIFUNCIONAIS- ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo UAB do Município de Umuarama, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador(a): Prof. Me. Henry Charles Albert David Naidoo Terroso de Mendonça Brandão

MEDIANEIRA

2014



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de
Ensino



TERMO DE APROVAÇÃO

Métodos e Técnicas de Ensino Utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais
Atendimento Educacional Especializado

Por

Ana Maria da Silva Furlan

Esta monografia foi apresentada às..... h do dia..... de..... de **2014** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino - Polo de, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

Prof^a. Me. Henry Charles Albert David Naidoo Terroso de Mendonça Brandão
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientador)

Prof Dr. André Sandmann
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Me. Janete Sm
UTFPR – Câmpus Medianeira

“Dedico este trabalho a minha mãe Ingeborg, que além de ser Mãe, é amiga, companheira, parceira”. Em todos os momentos difíceis que passei, foi nela que me espelhei e sempre ela que estendeu as mãos e enxugou minhas lágrimas. E nela que me espelho todos os dias, pois sem ela “eu nada seria.”

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus, pelo o dom da vida, da fé e perseverança, pois graças a sua misericórdia consigo acordar todos os dias pela manhã e iniciar uma nova luta para vencer dia após dia todos os obstáculos, que surgem em meu caminho.

A minha mãe que sempre me apoiou na decisão de retornar a estudar, ao meu marido e filhos pelo incentivo e motivação diária e pela paciência, pois nesse período, só eles sabem o quão difícil está sendo a dedicação para concluir o curso de pós – graduação.

Aos meus amigos e colegas que sempre estão disponíveis a me ajudarem a cumprir mais esse objetivo em minha vida.

Ao meu orientador professor Henry Charles Albert David Naidoo Terroso de Mendonça Brandão, pelas orientações ao longo do desenvolvimento da pesquisa.

Agradeço aos professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Campus Medianeira.

Agradeço aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

Enfim, sou grata a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

“As nuvens mudam sempre de posição, mas são sempre nuvens no céu. Assim devemos ser todo dia, mutantes, porém leais com o que pensamos e sonhamos; lembre-se, tudo se desmancha no ar, menos os pensamentos”. (PAULO BELEKI)

RESUMO

FURLAN, Ana Maria da Silva. Métodos e Técnicas de Ensino Utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais Atendimento Educacional Especializado, 2014. 45 folhas Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

Este trabalho teve como temática discorrer sobre os métodos e utilizados, para alunos portadores de Necessidades Especiais e com Déficit de atenção, essa pesquisa tem como foco discutir a questão do preconceito sofrido por essas crianças mesmo estando no século XXI, à importância da inclusão desses alunos, na sociedade, iniciando suas habilidades intelectuais em uma escola com ensino de regime normal, como é chamado, porém com algumas adaptações, internas, assim chamadas de Salas de Recursos Multifuncionais, com aulas diferenciadas, com métodos e técnicas utilizados para interagir com esses alunos especiais. Como o professor deverá agir com as diversidades, que poderão vir a ocorrer e o quanto esse profissional precisa estar preparado. Para que não cometa nenhum erro que possa comprometer a qualidade de ensino e desenvolvimento no período da formação desses alunos. E o porquê a Sala de Recursos não deve ser vista apenas como uma aula de apoio e sim como uma aula como outra qualquer, uma forma de inclusão e comunicação com esse aluno, dando-lhe oportunidade de uma vida mais digna com menos preconceitos.

Palavras-chave: Inclusão, Adaptações, Necessidades Especiais, Escola.

ABSTRACT

FURLAN, Ana Maria da Silva. Teaching Methods and Techniques Used in the Resource Room Multifunction Educational Service Specialist 2014. Número de folhas. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

This work was to present the subject Teaching Methods and Techniques Used in the Resource Room Multifunction Educational Service Specialist for students with Disabilities and Attention Deficit, this research focuses on discussing the issue of prejudice suffered by these children even though in the XXI century, the importance of the inclusion of these students, in society, starting their intellectual skills in a school with classes from the normal, as it is called, but with some adjustments, internal, so-called Salas Resources Multifunction with different classes, with methods and techniques used to interact with these special students. As the teacher should act with the diversities that may occur, how these professionals need to be prepared for it to not make any mistakes that could compromise the quality of education and development in the period of training these students and because the resource class should not be seen only as a support class, but as a class like any other, but a form of inclusion and communication with the student, giving you an opportunity for a better life with less prejudice. This is the purpose of the Educational Service Specialist

Keywords: Inclusion, Adaptations, Special Needs School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Avaliação na Sala de Recursos.....	32
Figura 2 – Prateleiras com Materiais.....	40
Figura 3 – Figuras Geométricas.....	40
Figura 4 – Pastas de cada Aluno.....	41
Figura 5 – Brinquedos.....	41
Figura 6 – Computador.....	42
Figura 7 – Atividades.....	42
Figura 8 – Visão da Sala.....	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL A SUA HISTÓRIA	12
2.1 Um Marco Histórico na Educação Brasileira- Legislação	15
2.2 Aparecimento da Educação Especial no Brasil.....	17
2.3 Compreendendo as Necessidades Educativas Especiais	19
2.4 Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos.....	20
2.4.1 Gestão dos Processos de Aprendizagem	21
2.4.2. Materiais Utilizados em Sala de Recursos	22
2.4.3 Alunado Atendimento Educacional Especializado.....	24
2.4.4 Metodologia e Atribuição do Professor com os alunos na Sala de Recursos ..	25
3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O AEE	27
3.1 Avaliação dos Processos de Aprendizagem	28
3.1.2 Avaliação na Sala de Recursos Multifuncionais	29
3.1.3 Organização e Planejamento Sala de Recursos	30
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE(S)	38

1 INTRODUÇÃO

A sala de aula é o ponto de partida para a educação. É nela que acontecem os principais fatos da vida do cidadão, é o primeiro contato com um grupo de pessoas fora da família, uma forma de socialização, desenvolvimento humano, físico e cívico. É na escola que se aprende valores que serão levados para toda a vida.

O presente trabalho pretende discorrer sobre crianças com necessidades especiais que ao longo dos anos conquistaram o direito de estudar em escolas “normais” como as demais crianças, com o atendimento educacional especializado para alunos com deficiências intelectuais (AEE) estas crianças tem acesso a inclusão, podendo assim num processo de aprendizagem interagir com sociedade e poder usufruir dos mesmos direitos civis de poder ir e vir, como os cidadãos que não tem deficiência física ou intelectual.

Na Grécia e Egito 3500 a.c, os homens que iam para a guerra e perdiam brutalmente algum membro do seu corpo, como mãos, braços ou pernas e permaneciam vivos pois se tornaram deficientes lutando pelo rei pela sua pátria, mas as crianças que nasciam com alguma deficiência genética eram jogados de altos de abismos pois eram consideradas abominações ou castigos dos deuses.(BUCCIO, 2008)

Assim que as crianças nasciam os pais levavam a um tipo de banca onde os juízes decidiam sobre a vida dos bebês. Se fossem crianças fortes e robustas ficariam com os pais sendo criados até os seus sete anos, então o Estado tomava para si as crianças com a responsabilidade de educar e ensinar a arte da guerra, já às consideradas franzinas eram jogadas no abismo.

O atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino criada para atender essas crianças com necessidades especiais que precisam ser incluídas na sociedade e uma das melhores formas para que isso aconteça é a socialização na escola.

É importante salientar que este processo deve ter início com a acessibilidade, eliminando todos os tipos de barreiras e preconceitos conquistando assim a confiança dos alunos, para que a participação deles será satisfatória.

Para que os professores da sala de AEE possam oferecer o atendimento especializado é preciso que sejam capacitados, e é imprescindível que tenham amor ao que fazem, pois é uma tarefa árdua, porém muito gratificante.

O atendimento educacional especializado (AEE) não pode ser comparado apenas como um apoio/reforço ou complementação de atividades escolares, pois nesta modalidade o professor trabalha com subsídios para fornecer ao aluno possibilidades de aprendizagem em todas as disciplinas.

Na sala de AEE são utilizados exemplos práticos de introdução, formação e utilização de recursos assistidos como a comunicação alternativa, os recursos de informática (computador), orientação, preparação, material pedagógico didático acessível entre outros métodos e técnicas de ensino.

O objetivo deste trabalho de pesquisa é destacar a importância da Sala de Recursos Multifuncional no processo de inclusão dos alunos com necessidades especiais educacionais e os métodos e técnicas utilizados nessas salas, e como essas crianças são atendidas por professores e se são devidamente capacitados para lidar com a necessidade de cada um desses alunos.

Para que houvesse sucesso na pesquisa, estabeleceu-se os objetivos específicos para que me orientassem em torno dessa pesquisa: **a)** Conhecer o trabalho realizado na Sala de Recurso Multifuncional; **b)** Verificar o limite de alunos que podem ser atendidos na Sala de Recurso Multifuncional e quais as suas deficiências; **c)** Identificar os métodos e técnicas de ensino, utilizados com os alunos que são atendidos na Sala de Recursos Multifuncional; **d)** Observar a frequência e o aproveitamento dos alunos atendidos neste espaço.

O método também utilizado na pesquisa foram os questionários aplicados a determinadas professoras da Educação Especial, através das perguntas pode-se obter informações de como as praticas utilizadas das metodologias aplicadas são importantes para o auxilio e diagnostico de alunos com dificuldade de ensino e/ou necessidades especiais .

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL A SUA HISTÓRIA

Na Roma antiga, as crianças com “defeitos” eram deixadas na beira de rios ou lugares sagrados para que os *plebos* (*escravos ou pessoas empobrecidas*) pudessem acolhe-las. (PASSOS, 2011)

Já na Idade Média crianças com deficiências eram deixadas nas portas das igrejas para adoção onde viviam isoladas do resto do mundo. Nos séculos XVI a XIX, eram deixados em orfanatos e pessoas mais velhas deixadas em asilos, pois nesta época já tinham direito a moradia e alimentação. (PASSOS, 2011)

Por volta do século XX, iniciaram-se movimentos de integração social aos indivíduos com deficiências, cujo objetivo era que eles tivessem uma integração social em ambientes escolares, o mais próximo possível as pessoas normais. (GOMES, 2011)

De acordo com Mendes (1995, pg38) a defesa das possibilidades ilimitadas do indivíduo, a crença de que a educação poderia fazer a diferença na vida dessas pessoas com deficiência.

No Brasil, a primeira iniciativa de congregar pais de Pessoas com Necessidades Especiais e outras pessoas interessadas em apoiá-los ocorreu no Estado do Rio de Janeiro por iniciativa da mãe de uma criança com Síndrome de Down, Beatrice Bemis, membro do corpo diplomático norte-americano.

No dia 11 de dezembro de 1954, foi fundada a primeira APAE do Brasil. (<http://carlosbarbosa.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=11564>) com o objetivo de inicializar a socialização dessas crianças.

A Constituição nos artigos 58 a 60, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 ampara que se de o direito de estudos em instituições de ensino normais a crianças com deficiência. Surgiram também os decretos de lei 11.494/2007, 6949/2009 e 7611/2011 que garantem definitivamente os direitos das Pessoas com Deficiência a Educação em escolas normais, daí o surgimento da Sala de Recursos Multifuncional.

Mesmo com o desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil e com todas as informações disponíveis em livros, anúncios na mídia a fora e com crescimento da tecnologia de acessibilidade e da saúde para possibilitar a qualidade de vida para o ser humano, ainda existe um número significativo de pessoas sem

informações sobre o que é deficiência física, mental ou motora e as implicações causadas.

O índice de pessoas com necessidades especiais aumenta dia a pós dia e ainda existem casos em que a informação é praticamente zero, aumentando consideravelmente a marginalização; e sem atendimento educacional, socialização e convívio com outras pessoas.

Por séculos a humanidade carregou um estigma preconceituoso das pessoas com deficiência, isolando-as da sociedade e do seu direito a cidadania. Acreditava-se que as deficiências eram doenças contagiosas e sem cura, então o ideal seria mantê-los, afastados do convívio comunitário e na maioria das vezes da sua própria família.

Carvalho (1997,p 15) descreve que:

“Nós matamos os cães danados, porcos ferozes e indomáveis, degolamos as ovelhas doentes com medo que infectem o rebanho, asfixiamos os recém-nascidos mal constituídos, mesmo as crianças se forem débeis mentais ou anormais, nós afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar as partes sãs, daquelas que podem corrompê-las.”

Os hebreus não aceitavam a presenças de deficientes em suas sinagogas nem permitiam que recebessem a hóstia, na Roma antiga tinham o direito garantido pela lei das XII tabuas, de rejeitar ou matar filhos deficientes e muitas vezes esses bebês, eram deixados na beira de rios para que escravos os resgatassem ou em outros casos, eram deixados em prostíbulos, ou viravam escravos.

Em Atenas sob a influência de Aristóteles que beneficiou os deficientes sugerindo que estes tivessem direito a trabalhos úteis, o que trouxe a expectativa de uma melhor qualidade de vida para essas pessoas.

O filme *300 de Esparta* conta exatamente a historia mostrando o vigor da arte da guerra durante a infância, e nele se vê exatamente o que ocorre com uma criança “normal” e uma deficiente, quando a “normal” atingia aos sete anos de idade, eram entregues ao Governo e se iniciava o período de preparação de torná-lo um guerreiro. E as crianças com deficiências serviam como sacrifício e eram oferecidas aos deuses.

Na Idade Média com o surgimento da igreja cristã e junto com ela a teoria que o “homem é a imagem e semelhança de Deus”. As crianças com má formação eram isoladas, menosprezadas chamadas de doentes, loucas e sem possibilidade de conviver com as demais pessoas, e não aceitavam que fossem consideradas filhos de Deus, porque Ele é perfeito, e tais imperfeições não podiam ser consideradas

“humanas” e sim aberrações e o maior castigo era que ficassem vivas ao invés de eliminá-las. (BIBLIA,2005)

Tal pressuposto de eliminação consta nos versículos de Levítico (21:28-21):

Pois nenhum homem deve se aproximar, caso tenha algum defeito, quer seja cego, coxo, desfigurado ou deformado, homem que tenha o pé ou o braço fraturado, ou seja, corcunda, ou anão (...)tem defeito por isso não se aproximará para oferecer o pão de seu Deus.”

Eram considerados frutos do pecado e as pessoas que as conceberam eram impuras, por isso que não eram sacrificadas, pois se Deus castigou, o castigo precisava ser mantido. E servia de exemplo aos demais do povoado, quem era pecador era punido severamente pelos Céus.

Alguns Feudais, na época do Cristianismo criaram casas de abrigo para que fosse ofertada alguma assistência humanitária aos desfavorecidos. Na Idade Moderna, criou-se então uma espécie de assistência social e obrigou que a população pagasse taxas publicas “impostos”, com o objetivo de manter essas pessoas com deficiência.

Na época do Renascentismo, iniciou-se a fase de integração social, já com movimentos culturais dessa época estimularam os pesquisadores a estudar as possíveis causas das deficiências dentro de um espírito e olhar humanístico. Nesse período lutavam por leis que amparassem e ajudassem a população com deficiência. (PASSOS, 2011)

Esses movimentos, significativos para tal avanço na educação especializada, busca enquadrar as crianças com deficiências em instituições de ensino especializado.

A primeira instituição surgiu em 1926 no Rio Grande do Sul, na cidade de Canoas, após um período se estendeu em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde as crianças e adolescentes ficavam em regime interno e semi-interno, em suma a institucionalização poderia amenizar “problemas” das classes comuns e dos considerados “defeituosos”. (PASSOS, 2011).

Na década de 50, do século XX, surge a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), influenciada pela Europa que defende o atendimento de pessoas com deficiências no ensino normal, e que também contribuiu com a criação de

instituições filantrópicas que pudessem abrigar os mais comprometidos pela a oferta de atendimento especializado em todo território brasileiro. (PASSOS, 2011)

2.1 UM MARCO HISTÓRICO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA- Legislação

Em 1961 a LDBEN – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, lei 4024/61, artigo 88 diz que “dentro do possível” devem-se incluir alunos com deficiência no sistema geral de ensino.

Em comentário a tal legislação Mazzota (1999, p. 68) diz:

...na expressão “sistema geral de educação” pode-se interpretar o termo “geral” com um sentido genérico, isto é envolvendo situações diversas em condições variáveis, ou ainda com um sentido de universal referindo-se á totalidade das situações. Por outro lado, pode-se interpretar que, quando a educação de excepcionais não se enquadrar no sistema geral de educação, estará enquadrada em um sistema especial de educação. Nesse caso se entenderia que as ações educativas desenvolvidas em situações especiais estariam à margem do sistema escolar ou “sistema geral de educação”.

Aparentemente esse artigo mostra-se positivo quanto às iniciativas e dentro da filosofia inclusiva, no entanto essa tentativa se mostrou vaga pela falta de ações diretas no que se refere ao Estado. Apesar da sua intenção não houve nenhuma oferta educacional do sistema e da escolarização apenas ficou ao encargo das instituições de ensino.

Com a intenção de realizar alguns ajustes na economia da educação, após uma década fica publicado na Lei 5692/71, que garante a matrícula do aluno com deficiência no ensino público conforme o enunciado do Artigo 9 que segue,

...”Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que e se encontram com atraso considerável quanto á idade regular de matrícula e superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação” (BRASIL, 1971.)

No século XX, na década de 90, teve origem os movimentos inclusivos, e acordos internacionais como a Declaração de Salamanca promovida pela Unesco e pela Espanha em 1994. No Brasil ganhou-se força pela implantação da LDBEN – LEI

DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (Lei n. 9394/96), que revoga a inclusão e atendimento educacional a pessoas com deficiências.

Segundo MEC (BRASIL,2002P.17),

“Grande impulso desde 1990, no que se refere á colocação de alunos com deficiência na rede regular de ensino têm avançado aceleradamente em alguns países desenvolvidos, constando-se que a inclusão bem-sucedida desses educandos requer um sistema educacional diferente do que atualmente disponível.

Implica a inserção de todos, sem distinção de condições lingüísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas ou outras e requer sistemas educacionais planejados e organizados que dêem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades”

Com a promulgação da Lei 9394/96, percebe-se a evolução para o ensino especial, conforme seu Artigo 24 a garantia de termino do curso.

“Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declaração de conclusão de séries e diplomas ou certificados de cursos com as especificações cabíveis” (BRASIL,1996)

Ainda a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96 dedica o capítulo V, a educação especial, no artigo 58 diz que,

“O ensino especializado, enquanto modalidade da educação escolar, deve preferencialmente ocorrer na rede escolar de ensino, o que não impede que esse atendimento seja ofertado em instituições especializadas quando necessário” (BRASIL,1996).

Mas ainda observa-se que existem lacunas na lei quanto ao acesso e permanência desses alunos, considerando a necessidade de cada um que requerem adaptações curriculares, materiais específicos, apoio técnico e de professores devidamente capacitados e especializados.

De acordo com Alves (2006, p. 18):

...a lei nº 10.098/00, que trata das normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, dispôs que o poder público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas. Na regulamentação da lei, o art. 61 do Decreto nº. 5.296/04 definiu: “consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos e equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistiva”.

O objetivo da inclusão está na política educacional, a garantia legal de acesso ao ensino regular, não assegura que todos os alunos tenham a oportunidade igual aos demais alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases Educação 9394/96 Art. 59, afirma que:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I- Currículo, método, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às necessidades especiais
- II- Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão de ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados (BRASIL,1996).

Isso tudo para impedir uma nova fase de isolamento e preconceito dentro do universo escolar, por isso torna-se necessário tomar-se medidas pedagógicas coerentes, que beneficiem a integração de todos. Assim como a pratica de ensino esportivo, recreação, lazer e a participação da comunidade como um todo.

Sabemos que o decreto nº. 6571 de 17/09/2008 foi revogado. O texto falava sobre a implantação de salas de recursos multifuncionais, e uma formação continuada de professores para AEE – Atendimento Educacional Especializado. Porém, em 2011 a presidente Dilma decretou que seria obrigação do Estado matricular todas as crianças inclusive as com necessidades especiais, e que as salas multifuncionais seriam integradas pelo menos uma em cada escola e que a União prestaria apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos, com a finalidade de ampliar a oferta do AEE.

2.2 APARECIMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

No Brasil, a educação especial teve seu pioneirismo na época do Império. Em 1854 foi criado o Instituto para os Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant-IBC, e, em 1857 para surdos e mudos, em 1926 foram privilegiadas as pessoas com

deficiência intelectual, físico e motor e em 1945, outro instituto especializado em superlotação e 1954 a fundação da primeira APAE. (MAZZOTA,1996)

Para Pessotti, (1984,p.24)

“não há mais lugar para irresponsabilidade social e política diante da deficiência intelectual, mas ao mesmo tempo, não há vantagens para o poder público e para o comodismo da família, em assumir a tarefa ingrata e dispendiosa de educa-lo” (PESSOTTI,1984).

Após diferentes lutas políticas e sociais, todos aqueles que não apresentassem situações, físicas, psíquicas, culturais e ou até mesmo econômicas ainda eram deixadas á margem da educação, sem participar de um mundo de informações. O privilégio era para poucos.

Assim foi reservado um espaço especial para aqueles não considerados “normais” como maneira de substituir a educação regular, como centros de reabilitação, clínicas especiais, classes especiais oferecendo serviços de avaliação e acompanhamento.

Em 1973, foi inaugurado o Centro Internacional de educação Especial no Brasil-CENESP, em 1986 foi criada a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência Física e, em 1990 a Secretária Nacional de Educação Especial (MENDES, 2001). Seguindo assim a Lei n. 5692/71, inserindo todos à educação.

Assim o Brasil opta pela construção de um sistema educacional, após participar da Conferência Mundial sobre as Necessidades Educacionais Especiais em 1994, a *Declaração de Salamanca*, considerado o passo mais importante para educação inclusiva. Tal texto dá o alicerce para que as escolas regulares iniciem o processo de inclusão aos alunos com necessidades, assim combatendo as atitudes discriminatórias que os alunos especiais sofrem, para que eles possam ter acesso ao ensino regular, conforme o parágrafo 15 da declaração que esclarece:

“A educação integrada e a reabilitação apoiada pela comunidade representam dois métodos complementares de ministrar o ensino as pessoas com necessidades educativas especiais. Ambas se baseiam no princípio da integração e participação e representam modelos bem comprovados e muito eficazes em termos de custo para fomentar a igualdade de acesso das pessoas com necessidades educativas especiais, que faz parte de uma estratégia nacional cujo objetivo é conseguir a educação para todos” (UNESCO,1994,p.29).

2.3 COMPREENDENDO AS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Em decorrência das conquistas históricas, os questionamentos em relação à legitimidade de empregar rótulos ou categorias para classificar os sujeitos resultantes da aplicação massiva dos testes de inteligência, surgem rótulos como atraso mental, distúrbios de aprendizagem e emocionais, que produzem diversos efeitos negativos.

Classificar é uma organização que coloca todos os iguais em patamares diferentes, ainda sim há uma subdivisão entre as pessoas, depois de tudo o que aconteceu no decorrer dos anos para integração das pessoas com necessidades. Um exemplo, as pessoas que se enquadram dentro das mesmas dificuldades formam uma nova classe como os deficientes intelectuais, visuais, auditivos, físicos, motores, e pessoas com transtorno.

Dessa forma acaba surgindo isolamentos entre os próprios portadores dessas necessidades, classificando os grupos a impressão que se dá é que os cegos jamais terão condições de ver além da cegueira. Tudo que parece normal lhe parecerá anormal.

Ao contrario de um rótulo é imprescindível que hajam pesquisas educativas adequadas, que o diagnóstico de necessidade especial, seja convertido a um ponto de partida para a melhoria da qualidade de vida e possibilidades para esses indivíduos.

As necessidades educativas especiais afetam um conjunto maior de pessoas e referem-se principalmente aos problemas de aprendizagem dos alunos em sala de aula, além de supor a provisão de recursos necessários, assim podem existir deficiências ou dificuldades maiores (ROSS, 2011 pg.57).

A dificuldade que pode impedir o sucesso escolar do aluno e levantar a suas necessidades educativas especiais, para a surpresa de todos muitas vezes não é a deficiência dos alunos especiais e sim a deficiência educacional em nosso país.

Tal resgate desses alunos é essencial se acontecer de fato, à profissionalização de educadores na área de ensino, um atendimento especializado, para assim poder em sala de aula identificar a dificuldade de cada um desses educandos especiais, pois como seria um educador ensinando um deficiente visual, ou auditivo, sem ter conhecimentos em braile, ou a comunicação sem ter acesso a Libras.

Lei nº 10436/02 - Reconhece a Língua Brasileira de Sinais/Libras como meio legal de comunicação, bem como a inclusão da disciplina como parte integrante do currículo, nos cursos de formação de professores e fonoaudiologia.

Portaria nº.2678/02 do MEC Aprova diretrizes e normas para uso, o ensino a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino. (MEC/2002)

Para o desenvolvimento é importante analisar todo esse contexto e providenciar todos os recursos necessários para que a educação aconteça mais integradora possível.

2.4 ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA SALA DE RECURSOS

No final do século XX e no início do século XXI debateu-se muito o tema inclusão no interior das escolas e em eventos científicos. O importante é que a luta esta sendo pela palavra “inclusão”, ao invés da “exclusão”, pois a sociedade que vivemos ainda é muito excludente, para Wanderley (1999) a exclusão é um fenômeno social e esse processo de urbanização levou as desigualdades de serviço.

No Brasil, o movimento pela inclusão social teve seu maior impacto nas discussões das políticas públicas e na política educacional.

Conforme as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica – 2001,

“Entende-se por inclusão a garantia, a todos do acesso contínuo do espaço comum da vida em sociedade, sociedade está que deve estar orientada por revelações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida” (DNEE, 2001).

A transformação escola/sociedade não é, portanto, uma mera exigência escolar de pessoas com necessidades especiais e sim deve ser encarada como um compromisso inadiável da sociedade para os demais cidadãos que precisam exercer o seu direito civil da educação e direito de ir e vir.

Para o atendimento em sala de recursos multifuncionais – AEE o professor deve ter formação para o atendimento das necessidades educacionais especiais. Nesse atendimento é de fundamental importância que o professor considere as

diferentes áreas do conhecimento, os recursos específicos para aprendizagem e as atividades, nessa sala o professor deverá oferecer o Atendimento Educacional Especializado.

É a função do professor do AEE organizar subsídios que favoreçam o desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual estimulando o cognitivo e a aprendizagem. O desenvolvimento é o processo através do qual o indivíduo constrói ativamente, nas relações que estabelece o físico e social, a formação dessas habilidades se dá ao longo da interação do indivíduo com o mundo social.

Para desenvolver o AEE, é importantíssimo que o professor conheça seu aluno e as suas particularidades e suas limitações, para que possa atuar com esse aluno com necessidade dentro e fora do ambiente educacional.

2.4.1 GESTÃO DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

A atuação dos professores em conjunto, é de fundamental importância para que o professor do ensino regular tenha todas as orientações específicas de como e quando esse aluno se desenvolve melhor e essa gestão dos processos de aprendizagem busca espaços nas salas de recursos multifuncionais, bem como na sala do ensino fundamental. (ESAP,2012)

Para Ziliotto(2008,p.45)

“Não só restrita a questão diagnóstica, mas estendendo-se a discussão para a intervenção, pedagógica no interior da sala de aula, enquanto processo de ensino-aprendizagem, a expectativa do docente sobre seu aluno pode acarretar consequências negativas dependendo da forma como esse profissional projeta expectativas sobre a criança” (ZILLOTTO,2008, p.45)

A ação do professor em sala de aula tem como objetivo eliminar as barreiras que dificultem a aprendizagem, para potencializar o desenvolvimento e aprendizagem do aluno com necessidade especial. O mais indicado ainda é a interação entre pais e professores, para que quando o aluno estiver fora da sala de aula à família também possa auxiliar esse desenvolvimento de aprendizado, pois um pouco que a família possa auxiliar a criança em casa já ajudará muito o professor, para que o que foi assimilado em sala de aula não se perca.

Conforme Moreno, 1995 p,225

A conduta do professor em relação ao aluno será determinante para o auto conceito da criança, pois os sentimentos que um aluno tem sobre si mesmo dependem, em grande parte, dos componentes que percebe que o professor mantém em relação a ela. Uma atitude continuada e consistente de alta expectativa sobre o êxito de um aluno potencializa sua confiança em si mesmo, reduz a ansiedade diante do fracasso e facilita resultados acadêmicos positivos. (MORENO, 1995 p.225)

A Para Gardner 1994, a compreensão de uma pessoa numa perspectiva humanista, envolvendo as inteligências múltiplas, amplia a visão do potencial humano e dentro das suas palavras:

“É de máxima importância reconhecer e estimular as variadas inteligências. Nós somos todos tão diferentes, em grande parte, porque possuímos diferentes combinações de inteligências. Se reconhecemos isso, penso que temos pelo menos uma chance melhor de lidar adequadamente com os muitos problemas que enfrentamos neste mundo.” (GARDNER, 1987 p.38)

As múltiplas inteligências podem ser descritas assim:

LOGICA-MATEMÁTICA - Grande habilidade para raciocínio dedutivo e capacidade de solucionar problemas matemáticos.
MUSICAL – Sensibilidade e entoações, melodias, ritmos e tons. Não precisa aprendizado formal para desenvolver essa inteligência.
INTRAPESSOAL – Administração de sentimentos, boa capacidade de autoconhecimentos e de agir adaptativamente.
INTERPESSOAL – Facilidade em perceber nos outros diferenças de animo, sentimentos e motivações.
CORPORAL-CINESTESICA – Capacidade de usar o corpo para se expressar.
ESPACIAL - Boa memória Visual e facilidade de reconhecer lugares e visualizar e representar graficamente ideias espaciais.
LINGUISTICA - Capacidade de usar as palavras de forma efetiva, tanto oralmente como na forma escrita.
NATURALISTA - Capacidade de reconhecer e classificar espécies da flora e fauna, sensibilidade aos fenômenos naturais.” (ZILLIOTTO,2008 p.46,47)

2.4.2 MATERIAIS UTILIZADOS EM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

O trabalho desenvolvido com as crianças baseia-se no brincar consciente e na utilização dos aspectos e jogos disponíveis na escola, como também o a utilização de

músicas, jogos dramáticos que auxiliam a criança adquirir o domínio da comunicação permitindo assim a relação lúdica com a realidade e a vivência social autêntica.

Dessa forma ao sugerir caminhos que estimulem a curiosidade, iniciativa e a autoconfiança, proporcionará aprendizagem, desenvolvimento da linguagem e da concentração de forma natural e prazerosa, já que toda a criança possui uma evolução para alcançar a idade cognitiva em que se encontra.

As técnicas que utilizam jogos brincadeiras, brinquedos e pequenas peças teatrais auxiliam nessa evolução e percebe-se que esses métodos auxiliam na evolução e no desenvolvimento da criança despertando a sua curiosidade e imaginação propondo assim a invenção de um mundo do tamanho da sua compreensão, portando uma atividade natural e necessária, que constrói o próprio mundo da criança.

O jogo não pode ser visto apenas como forma de brincadeira e distração, mas como um favorecimento ao desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social, moral e cívico.

Salgado (2009) afirma que para que o processo de aprendizagem se efetive em sala de aula é importante que os professores respeitem o estilo de aprendizado dos alunos e a autora também apresenta três tipos de estilo de aprendizagem, visual, auditiva e sinestésica e as caracteriza:

“ESTILO DE APRENDIZAGEM VISUAL - São consideradas visuais as pessoas que usam a memória visual, geralmente precisam ver para aprender, observam detalhes, são observadores, organizados, são exigentes no escrever e desenharam com detalhes. Essas pessoas gostam de assistir filmes, pintar e de imagens

ESTILO APRENDIZAGEM AUDITIVA - São pessoas que precisam ouvir para aprender, pensam alto e repetem o que ouvem. Contam histórias e fatos. Falam alto e fazem barulho e mesmo em sala de aula, estão conversando. Não gostam de atividades escritas e leituras, preferem aulas expositivas.

ESTILO APRENDIZAGEM CINESTÉSICO - São pessoas que precisam envolver-se fisicamente, seja por meio de toque ou movimentos, como a dança gostam de se relacionar com outras pessoas, ficar perto, abraçar, segurar e sempre tem alguma coisa nas mãos.” (SALGADO 2009 p.448)

O professor nesse contexto precisa identificar cada estilo de aprendizado nos alunos que ali estão, para potencializarão da tarefa ali apresentada, percebendo isso a eficácia do ensino será bem melhor até mesmo para futuras avaliações com o aluno.

Além das músicas, contos, brincadeiras etc., a sala de aula precisa ser muito bem adaptada para receber os alunos, precisam de materiais como calculadoras

sonoras, pinceis, lupas, cadernos de pauta ampliada, canetas de ponta porosa, suporte para livros, lápis, computadores com softwares adaptados para cada necessidade. Além dos materiais precisa de mobílias adaptadas, como mesa com recortes, ajuste de altura, cadeiras com ajustes para controle do tronco e cabeça, apoio dos pés, regulagem da inclinação do assento com rodas, tapetes antiderrapantes.

De acordo com Alves (2006, p. 18):

“...a lei nº 10.098/00, que trata das normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, dispôs que o poder público promoverá a supressão de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, de transporte e de comunicação, mediante ajudas técnicas. Na regulamentação da lei, o art. 61 do Decreto nº. 5.296/04 definiu: “consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos e equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistiva”.

Muitas vezes a adaptação de recursos é feita de maneira natural, de acordo com a necessidade e, principalmente porque alguém se desafiou em buscar soluções que possibilitassem a inclusão. Como uma carteira que teve suas pernas serradas para diminuir de altura e ficar ao alcance de uma criança usuária de cadeiras de rodas ou até mesmo desenhos feitos com cola colorida para que um aluno deficiente visual possa sentir e imaginar o que se trata, ou até mesmo áudio para que possam escutar.

Estes recursos artesanais foram pesquisados e desenvolvidos por educadores, e consulta com os pais podem fazer a diferença entre poder ou não estudar junto com seus colegas.

Na Sala de Recursos Multifuncionais destaca-se: os jogos pedagógicos que valorizam os aspectos lúdicos, a criatividade e o desenvolvimento de estratégias de lógica e pensamento; os jogos adaptados, como aqueles confeccionados com simbologia gráfica, e matemática, conforme fotos anexadas a essa pesquisa.

2.4.3 ALUNADO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

- ✓ Pessoas com deficiência auditiva

- ✓ Pessoas com deficiência física
- ✓ Pessoas com deficiência mental
- ✓ Pessoas com deficiência visual
- ✓ Pessoas com múltiplas deficiências
- ✓ Pessoas com altas habilidades/ superdotados e com dificuldade de aprendizado.

2.4.4 METODOLOGIA E ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR COM OS ALUNOS NA SALA DE RECURSOS AEE

◆ Alunos com deficiência auditiva

- ✓ Promover o aprendizado do Sistema LIBRAS
- ✓ Promover o aprendizado da língua portuguesa
- ✓ Materiais traduzidos do português para LIBRAS – LIBRAS para o português

◆ Alunos com deficiência física

- ✓ Orientar o professor de Educação Física quanto ao uso da matéria para estimular o aluno, com uma aula adaptada.
- ✓ Realizar a adequação do material
- ✓ Promover a autonomia desse aluno

◆ Alunos com deficiência mental

- ✓ Realizar atividades que estimulem o desenvolvimento da atenção, percepção e memória.
- ✓ Proporcionar ao aluno o conhecimento do seu corpo através de desenhos figuras, com isso fazer dele um instrumento de expressão, para a autonomia de suas necessidades básicas, exemplo ir ao banheiro sem precisar de ajuda.
- ✓ Valorizar as diferenças e não a discriminação

◆ Alunos com deficiência visual

- ✓ Promover e apoiar a alfabetização e aprendizado pelo Sistema Braille
- ✓ Gravação sonora de textos

- ✓ Adequação necessárias para o uso de tecnologias, como aplicativos de áudio-books, etc..

◆ **Alunos com múltiplas deficiências**

- ✓ Métodos apropriados de comunicação, todas as formas devem ser utilizadas
- ✓ Planejamento de toda a aprendizagem
- ✓ Interação em ambientes naturais

◆ **Alunos com altas habilidades/ superdotados**

- ✓ Habilidades específicas, como incentivar a prática de esportes.
- ✓ Criatividade, escrever um livro, ler um livro, fazer um desenho.
- ✓ Motivação canalizar a energia

3. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O AEE.

Para poder atuar no AEE, os professores devem ter no mínimo uma formação específica (graduação pedagogia, ou até mesmo uma pós-graduação se especializando na área) visando atender todos os objetivos da educação especial, para que seja centrada no potencial de cada aluno, e assim poder melhor atendê-los. E além do professor de preparar pedagogicamente o professor deverá se preparar psicologicamente e amar definitivamente o que faz.

De acordo com o MEC (2006, p.17).

O professor da Sala de Recursos Multifuncionais deverá ter curso de graduação, pós-graduação e ou formação continuada que o habilite para atuar em áreas da educação especial para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. A formação docente, de acordo com sua área específica, deve desenvolver conhecimentos acerca de: Comunicação Aumentativa e Alternativa, Sistema Braille, Orientação e Mobilidade, Soroban, Ensino de Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS, Ensino de Língua Portuguesa para Surdos, Atividades de Vida Diária, Atividades Cognitivas, Aprofundamento e Enriquecimento Curricular, Estimulação Precoce, entre outros.

E ter como atribuições:

- Atuar, como docente, nas atividades de complementação ou suplementação curricular.
- Atuar de forma colaborativa com professor da classe comum para a definição de estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do aluno com necessidades educacionais especiais ao currículo e a sua interação no grupo.
- Promover as condições para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em todas as atividades da escola
- Orientar as famílias para o seu envolvimento e a sua participação no processo educacional.
- Participar do processo de identificação e tomada de decisões acerca do atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos. Preparar materiais específicos para o uso dos alunos na sala de recursos.
- Orientar a elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos alunos nas classes comuns do ensino regular.
- Indicar e orientar o uso de equipamentos e recursos existentes na família e na comunidade.
- Articular, com gestores e professores, para que o projeto pedagógico da instituição de ensino se organize coletivamente numa perspectiva de educação inclusiva.
- Além dessas atribuições o professor da Sala de Recursos Multifuncionais deverá participar das reuniões pedagógicas, do planejamento, dos conselhos de classe, da elaboração do projeto pedagógico, desenvolvendo ação conjunta com os professores das classes comuns e demais profissionais da escola para a promoção da inclusão escolar (Id, p. 18)

3.1 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM

O aluno com necessidades especiais é beneficiado das inúmeras mediações entre as relações sociais e interpessoais, estabelecidas dentro do espaço escolar. No AEE, a avaliação se efetiva através do estudo de caso, pois assim viabiliza construir um perfil de cada aluno, montando um plano de aula e de intervenção para cada um deles, trabalhando cada criança com suas necessidades.

O estudo de caso deve ser realizado pelo professor do AEE na sala de recursos e com o professor do ensino regular comum para que juntos possam trabalhar o contexto escolar. E essa avaliação alcança três ambientes: Sala de Recursos Multifuncionais, sala de aula e a família.

Essa avaliação nesses ambientes visa recolher informações sobre os alunos considerando outros aspectos importantes como o desenvolvimento intelectual, cognitivo, expressão oral, desenvolvimento afetivo-social, comportamentos, atitudes e desenvolvimento psicomotor.

A partir das informações obtidas se constrói o perfil do aluno e identifica a natureza do problema que encaminhou esse aluno para a Sala de Recurso. Informações essa obtidas em pesquisa de campo acompanhando uma série de aulas com a professora regente da sala de recursos.

Que coincidentemente iniciaria a primeira atividade de uma aluna com dificuldade de aprendizado, a primeira etapa foi avaliação da professora, através de desenho. E através dessa tarefa a professora já diagnosticou a dificuldade do aluno “organização espacial” dificuldade em perceber as letras p e q, por exemplo, que são muito parecidas, nesse caso terá que ser trabalhado a psicomotricidade do aluno.

Será um trabalho longo e extenso, pois serão trabalhados diversos aspectos com esse aluno.

Para ZILLOTTO o diagnostico é um instrumento que auxilia na tomada de decisões acerca de possíveis encaminhamentos educacionais ou profissionais ao sujeito com necessidade especial. E o processo de avaliação compreende diversas etapas, objetivando confortar dados e analisa-los, sistemicamente, compreendendo o contexto escolar extraindo informações sobre o processo de aprendizado.

Marchesi também destaca;

A detecção e avaliação das necessidades educacionais especiais constitui uma etapa primordial. O objetivo não é conseguir encontrar os traços que permitem situar determinados alunos dentro de uma das categorias que distribuem as deficiências. Ele é muito mais abrangente, com mais nuances e mais ligado às possibilidades educacionais. Trata-se, sem dúvida, de conhecer os perfis evolutivos das crianças, suas limitações e atrasos, determinando se existe uma etiologia orgânica ou ambiental. No entanto, a finalidade primordial é analisar suas potencialidades de desenvolvimento e de aprendizagem, avaliando ao mesmo tempo quais são os recursos educacionais que necessita e em que tipo de escola os mesmos podem ser encontrados para conseguir que sua evolução seja satisfatória. (MARCHESI 1995 p.12,13)

Atualmente, a questão de diagnosticar objetiva identificar barreiras que estejam impedindo ou dificultando o processo educativo, em múltiplas dimensões, identificando potencialidades e necessidades educacionais (BRASIL, 2001)

A avaliação deverá levar em consideração todas as variações: as que incidem na aprendizagem, as de cunho individual, as que incidem no ensino, como as condições da escola e da prática docente – as que inspiram diretrizes gerais da educação, bem como relações que estabelece entre todas. (BRASIL, 2001, p.15)

3.1.2 AVALIAÇÃO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Na sala de recursos multifuncionais, o aluno com deficiência intelectual poderá ser avaliado em função dos aspectos motores, do desenvolvimento de expressão oral e escrita, raciocínio lógico matemático, do funcionamento cognitivo e o comportamento interação. Essa avaliação deverá ser realizada em forma de situações lúdicas, pois assim permitirá livremente a expressão do aluno. (ESAP, 2012)

Em relação às dificuldades dos aspectos motores, é importante que o professor observe se o aluno é capaz de manipular objetos de diferentes texturas, formas e tamanhos, e se possível apanhar o lápis e papel para pintar. “No caso o aluno apresentar acentuadas dificuldades motoras que impeçam o movimento necessário para realizar desenhos ou traçados das letras, o professor deve começar a avaliação utilizando folhas de papel madeira e ir diminuindo gradativamente o tamanho do papel até chegar a usar o papel ofício para realizar a pintura livre ou a pintura a óleo” (Secretaria de Educação Especial – MEC). Outra ferramenta que o professor poderá utilizar é o computador, pois com esse recurso importante, poderá se avaliar a expressão do aluno. (ESAP, 2012)

Na avaliação do desenvolvimento de expressão oral, o professor deverá observar se o aluno compreende determinadas palavras, recados ou mensagens, se ele poderá através desses gestos manifestar de modo coerente a questão ali passada, um exemplo lhe perguntando algo como : Que cor é essa? Ou que letra inicia o seu nome?, mesmo quando o aluno não é capaz de falar. Nesse caso ele poderá responder essa questão apontando através de desenhos, apontar o material apresentado pelo professor, ou ainda com a relação oral o professor poderá verificar se o aluno verbaliza de forma clara suas ideias e caso o mesmo faça uso do de um vocabulário mais amplo, essa avaliação poderá ser feito com o conto de uma historia, em que o aluno poderá contar através de uma figura que simbolize alguma historia, ou até mesmo criar a sua própria. (ESAP, 2012)

Existem várias formas com as quais os alunos na sala de recursos poderão ser avaliados, através de desenhos, pinturas, modelagem, maquetes, usar jogos educativos para expressar o nível do seu conhecimento em determinada tarefa. (ESAP, 2012)



FIGURA 1 – avaliação na sala de recursos

Fonte: acilianesaladerecursos.blogspot.com

3.1.3 ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO SALA DE RECURSOS

É de responsabilidade do professor ao fim de cada aula manter o ambiente limpo e organizado e administração desse espaço são de responsabilidade da gestão

escolar. Esse ponto é levado tão a sério que o próprio governo que lá traz se comprometeu em enviar verbas para os municípios para dar o a manutenção as salas, em três escolas visitadas aqui na região, não recebem verbas a mais de 10 anos, para atualizar os materiais de didáticos e comprar materiais lúdicos. Em alguns casos são as próprias professoras que compram o que precisam para manter a sala de aula. Os computadores nas salas instalados estão com os softwares desatualizados e muitas das vezes sem condições de uso. Disponível Apêndice B figura 8. .

Nas salas visitadas, todos os lay-outs são parecidos, conforme fotos em anexos: na figura 2 visualizamos estantes em duas paredes, com jogos, atividades lúdicas conforme figuras 3 , livros , brinquedos, armários com cadernos e documentos dos alunos que ali frequentam podendo ser visualizado na figura 4, um quadro branco para atividades no quadro, mesas, cadeiras, ar condicionado, janelas amplas e arejadas disponível na figura 8.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse novo conceito de escola inclusiva não serve apenas para os alunos aprendam a ler, escrever e se desenvolver, mas sim serve com lição de vida para os professores que li estão diariamente com alunos, interagindo e não tem como não se envolver com cada questão de aluno, não só a questão das necessidades especiais mais sim as suas dificuldades do dia a dia, a falta de atenção da família, o preconceito da sociedade com esses pequenos cidadãos que estão iniciando a sua preparação para o mundo fora da sala de aula.

Nesses últimos meses de pesquisa e estudos e questionários aplicados pode-se verificar que as escolas que tem a sala de recurso, muitas delas foram abandonadas pelo governo, aqueles mesmo que garantiriam a existência das mesmas. Hoje percebemos salas de recursos abandonadas, se existe algum material didático existe graças aos professores comprometidos com as crianças com necessidades especiais e querem que elas tenham um pouco mais de dignidade e tenham acesso a essa sociedade tão fria e vazia. O mesmo governo que garantiu por lei a inclusão desses alunos ao ensino, dando todas as garantias possíveis de ensino e infraestrutura é o mesmo que o descaso e geral. Salas de Recursos com mais de dez anos de uso até agora sem uma reforma e materiais atualizados, computadores sucateados e cada vez que a escola entra em contato com o departamento responsável a resposta é sempre a mesma o município esta verba para manutenção da sala de aula.

E caso alguma escola for construída hoje e no projeto ter uma Sala de Recurso à mesma terá os melhores móveis, computadores, acessibilidades exemplar, mas daqui algum tempo se precisar de alguma manutenção não terá.

Esses alunos precisam de atenção, carinho e excelente suporte, porque em alguns casos a família também não tem mais paciência e não quer saber daquela criança especial, vê essa criança como um peso e assim com essa ideia revemos o que acontecia a milhões de anos com as crianças com deficiência. E claro, que esses são alguns casos isolados e que na maioria as crianças são muitas amadas e respeitadas pelos pais e familiares.

E essa técnica Assistida tem com objetivo proporcionar a criança com necessidades especiais uma maior independência e a inclusão social, através da

ampliação na comunicação mobilidade, ensinar a criança a ter alto controle, envolver nas habilidades de seu aprendizado, trabalho focado com a família e aluno, trabalhar com o aluno para que tenha interação maior com família amigos.

Essa técnica assistida pode-se sim ser usada com todos os tipos de necessidades especiais, para que se tenha sucesso é preciso que o professor tenha muito foco e principalmente amor no que se faz. Sabendo que haverão casos que o acerto não chegará em 100%, mais a persistência chegará a perfeição. “Sua efetivação requer a eliminação de preconceitos exigindo uma mudança de atitude e atenção especial à diversidade humana.”

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

BERTOLDI, Maria Eugenia- **Psicologia da Aprendizagem**, Curitiba, Editora Fael, 2011,

BUCCIO, Maria Isabel – **Educação inclusiva**. Curitiba, lbpex 2007.

BRASIL. Lei de **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** - Lei nº. 9394/96. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acesso em: 10/08/13.

_____, Ministério da Justiça. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para a Integração da pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Declaração de Salamanca

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Parecer 017/2001. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Salas de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educação especializado**. Brasília: 2006.

_____, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria para a Integração social da pessoa portadora de Deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília: SICORDE, 2007.

_____, Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em www.mec.gov.br. Acesso em 18 de agosto, 2013.

BUENO, J. G. Silveira. **Crianças com Necessidades Educativas Especiais, Política, Política Educacional e a Formação dos Professores: Generalistas ou Especialistas?** Revista 36 Brasileira de Educação Especial. Piracicaba: Editora UNIMEP, v. 3, n 5, set. 1999, p. 7-25.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Básica. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução

CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40. Disponível em: [ttp://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf). Acesso em: 10/09/13

.FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa.** 31 Ed. São Paulo, SP. Paz e Terra (Coleção Leitura). 2005

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FILHO, Teófilo Alves Galvão; DAMASCENO, Lucian Lopes. **Tecnologias Assistivas para autonomia do aluno com necessidades educacionais especiais. Inclusão: Revista da Educação Especial**, Brasília, v.1, p. 25-32, ago/2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. BRASIL. **Diferentes Diferenças: Educação de qualidade para todos.** São Paulo: Editora Publisher Brasil, 2006.

_____, **A Educação Especial na Perpesctiva da Inclusão Escola.** Brasília: Tiragem Especial da Secretaria de Educação do Ceara, 2010.

_____, **Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa.** Brasília: Tiragem Especial da Secretaria de Educação do Ceara, 2010.

_____, **O Atendimento Especializado para os Alunos com Deficiência Intelectual**. Brasília: Tiragem Especial da Secretaria de Educação do Ceará, 2010.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. 6º ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNESCO, 2002.

PERRENOUD, Philippe. **Pedagogia Diferenciada: Das intenções à ação**. Porto Alegre. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SIAULYS, Mara O. de Campos. **Brincar para todos**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2005.

(UNESCO) de princípios, **política e prática para as necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1997.

MANTOAN, M. T. Egler. **Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MAZZOTTA, M. J. Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5ª Ed. São Paulo. Cortez, 2005.

MORI, N. N. Ribeiro. **Práticas pedagógicas e apropriação da linguagem escrita em salas de recursos. IV CIPSI – Congresso Internacional de Psicologia da UEM. X Semana de Psicologia da UEM. Disponível em www.cipsi.uem.br/cipsi2009/index.php? Acesso em 15 de setembro de 2013.**

PADILHA, A. M. Lunardi. **Práticas Pedagógicas na Educação Especial**. 2 Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2005.

_____, **Normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para alunos com necessidades educacionais especiais**, no Sistema de Ensino do Estado do Paraná. 2003. 15p. - Deliberação 02/03 – CEE – PR. Disponível em: <http://www8.pr.gov.br/portals/portal/educacaohospitalar/pdf/11_Deliberacao_CEE_02_03.pdf>. Acesso em: 14/09/13

_____, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Instrução nº 013/08 - SUED/SEED. Curitiba: SEED/SUED, 2008.

_____, Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão.

APÊNDICES

APÊNDICE A - FOTOS DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS



Figura 2- Prateleiras com materiais para o desenvolvimento do aluno



Figura 3- Figuras Geométricas (Iniciação a Matemática)



Figura 6- Computador com Software adaptado.



Figura 7 Atividades separadas por pasta com as necessidades de cada aluno



Figura 8- Visão da Sala

Todas as fotos aqui aplicadas, foram retiradas da Escola Municipal

APÊNDICE B

APÊNDICE A - Questionário para Professores

Pesquisa para a Monografia da Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino Utilizados na Sala de Recursos Multifuncional- Atendimento Educacional Especializado, EaD UTFPR, através do questionário, objetivando estudar a importância do atendimento para o desempenho das crianças com necessidades especiais

Local da Entrevista: Escola Municipal em Umuarama -Pr)

Data: 15/07/201

Foram entrevistadas 1 professora regente do Ensino Fundamental e 1 Professora regente da Sala de Recursos onde responderam o questionário de doze (12) perguntas referentes aos métodos e técnicas utilizados em sala de aula.

Parte 1: Perfil do Entrevistado

Professoras do Ensino Fundamental e Educação Especial.

Parte 2: Questões “A Métodos e Técnicas ”

- 1) Como é feita a verificação inicial, se o aluno tem algum Déficit de atenção ou outra necessidade especial, para que ele possa utilizar a sala de recursos ?
- 2) Como as professoras Ensino Fundamental e do Ensino Especial estabelecem o contato e como se orientam para tal diagnostico ?
- 3) Como se tabula? É Feito mapa de sondagem?
- 4) Quais os conteúdos utilizados na Sala de Recursos?
- 5) Onde e como entra a participação dos pais nessa ocasião?

- 6) As atividades aplicadas são diferenciadas para cada aluno, podendo uma atividade ser repetida aos mesmos casos?
- 7) Quais as ferramentas, atividades e brincadeiras utilizadas para esses alunos?
- 8) Como é realizado o ensino especial para alunos, com diversas necessidades especiais?
- 9) Como é a vivência desses alunos, com os alunos que não são portadores de necessidades especiais?
- 10) Como é feita Avaliação Escolar, para esses alunos?
- 11) A Escola recebe alguma ajuda do Município ou governamental para manutenção das salas?
- 12) Qual o maior desafio e a maior vitória para as professoras do ensino Especial?